POMI FRUTAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS - ITR
RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.
31 DE MARÇO DE 2021

POMI FRUTAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS - ITR
REFERENTE AO PERIODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2021.

CONTEÚDO

Relatório da Administração

Relatório de Revisão dos Auditores Independentes

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração dos resultados

Quadro 3 – Demonstração dos resultados abrangentes

Quadro 4 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 5 - Demonstração dos fluxos de caixa

Quadro 6 – Demonstração do valor adicionado

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 1° TRIMESTRE DE 2021

Senhores Acionistas,

Enviamos para o seu conhecimento as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Completas referentes ao 1° trimestre de 2021. Abaixo seguem comentários sobre itens que consideramos relevantes no desempenho da Companhia.

Mensagem da Diretoria

O período de inverno é determinante para a qualidade e quantidades de frutas a serem produzidas na safra seguinte. Sendo assim, em 2020 tivemos no país um dos melhores invernos dos últimos anos, com muitas horas de frio, muito favorável a cultura da macieira.

A colheita de 2021 iniciou um pouco adiantada em relação a anos anteriores e com uma produtividade muito maior que o ano anterior.

Não tivemos eventos depreciativos a fruta com secas ou chuvas prolongadas ou granizo, sendo a qualidade colhida muito boa.

A comercialização no primeiro trimestre de 2021 iniciou-se com preços inferiores aos praticados no ano de 2020, devido à grande oferta da maçã devido a uma colheita com quantidades superiores aos últimos anos.

A Receita Total com vendas de maçãs no 1º trimestre foi de R$ 3.909, registrando queda superior a 22% em relação ao mesmo período de 2020 quando a receita alcançou R$ 5.049.

Esta redução foi gerada por dois fatores: (ii) queda de 9,45% no preço praticado neste ano, de R$ 1,82 p/kg, comparado com R$ 2,01 p/ kg obtido no primeiro trimestre de 2020, e: (ii) queda no volume de frutas faturadas da ordem de 14,6%, ou seja, 2.149 toneladas contra 2.518 toneladas em igual período de 2020.
Tal situação decorre do volume da safra prevista para este ano, que deve superar 1.300.000 toneladas.

De outro lado, a Companhia obteve neste ano alguns contratos de prestação de serviços utilizando-se de sua boa estrutura industrial, auferindo no período a receita de R$ 775 mil o que contribuiu para fechar o trimestre com apenas 9,1% de queda na Receita Liquida, de R$ 4,582 milhões contra R$ 5,049 milhões no 1º. Trimestre de 2020.

Dado ao baixo volume de vendas de frutas faturadas no trimestre, somado aos preços inferiores, ainda que ajudado pela receita de serviços, o resultado do trimestre foi negativo em R$ 475 mil quando em igual período de 2020 experimentou lucro de R$ 387 mil.

Plano de Recuperação Judicial

Apresentamos a evolução da Recuperação Judicial da Companhia na nota explicativa de número 1. A seguir reproduzimos a última decisão judicial relativa ao Plano de Recuperação Judicial:

"A Segunda Câmara de Direito Comercial do TJSC decidiu, por unanimidade, dar provimento ao recurso para, reformando a decisão agravada, revogar a falência decretada e autorizar a apresentação de novo plano de recuperação judicial pelas empresas, no prazo de 30 dias, o qual deverá ser debatido e deliberado em assembleia geral de credores. Sendo assim, as Recuperandas apresentarão em 13 de novembro de 2020 novo plano de recuperação para posteriores deliberações do juízo de 1ª Instância bem como a designação de data para a realização da Assembleia de Credores."

A Companhia, em cumprimento à sentença acima, proferida pelo Tribunal apresentou o novo plano de recuperação em 13 de novembro de 2020, e aguarda o curso processual para designação de nova data para realização da assembleia geral de credores.

Recursos Humanos

A Companhia iniciou o ano de 2021 com seu quadro de pessoal ajustado aos novos níveis esperados de produção, tanto no campo como no *packing house* em conformidade à nova estratégia de negócios.

Investimentos

Os investimentos no 1° trimestre de 2021 se destinaram principalmente na manutenção do Packing House, direcionados à redução de gastos energéticos.

Pesquisa e desenvolvimento

Não foram feitos investimentos no 1° trimestre de 2021.

Proteção ao meio-ambiente

A Companhia desenvolve suas operações atendendo as exigências ambientais e legais. Tendo uma quantidade de reserva natural e preservação de nascentes superiores ao exigido pela legislação ambiental vigente.

GOVERNANÇA

Visando o aperfeiçoamento contínuo da Governança e em atendimento ao Código Brasileiro de Governança Corporativa da CVM, Regulamento da B3 e instruções normativas e ofícios circulares recentes da CVM, a Companhia atualizou seu Código de Ética e Conduta, sua Política de Negociação com Ações de Própria Emissão, bem como aprovou os Regimentos Internos da Diretoria e do Conselho de Administração, além de elaborar as seguintes novas políticas:

- Política de Gestão de Riscos;
- Política de Destinação de Resultados;
- Política de Partes Relacionadas e Administração de Conflitos; e
- Política de Doações e Contribuições (contida no Código de Ética e Conduta atualizado).

Todos estes documentos foram aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 09 de março de 2021 e foram disponibilizados no site www.pomifrutas.com.br.

COVID-19

A Companhia vem mantendo suas atividades dentro da normalidade, sem, contudo, ignorar as precauções necessárias à proteção e preservação da saúde de seus colaboradores.

Continuamos atentos diuturnamente à evolução dos acontecimentos para reforçar a adoção de medidas adicionais necessárias para a manutenção das condições higiênicas e sanitárias sobre o processo operacional de nossas atividades.

Diretoria

Marcos Kassardjian – CEO e Diretor de Relação com Investidores
Edgar Rafael Safdie – Diretor

Conselho de Administração eleito na AGO/E em 29 de abril de 2021

Edgar Rafael Safdie - Presidente
Doris Beatriz França Wilhelm
Rogério Pereira de Oliveira

Evolução
AUDITORIA E CONSULTORIA

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Pomi Frutas S.A. (Em Recuperação Judicial)
Fraiburgo - SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas da Pomi Frutas S.A. (Em Recuperação Judicial) (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Demonstração Intermediária, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias não estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR.

Ênfase

Plano de recuperação judicial – Decisão suspensiva quanto ao pedido de falência

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 25 de janeiro de 2018 a Companhia ingressou com pedido de Recuperação Judicial, deferido pela Justiça do Estado de Santa Catarina no mesmo dia, cujo Plano de Recuperação Judicial foi entregue pela Companhia às autoridades competentes no dia 2 de maio de 2018. Referido Plano de Recuperação Judicial não foi aprovado em decisão proferida em 18 de fevereiro de 2020 pelo juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Fraiburgo, sentenciou a falência da Companhia e de sua controlada.

Em 21 de fevereiro de 2020 a Companhia interpôs agravo de instrumento com pedido de atribuição de efeito suspensivo de modo a suspender liminarmente os efeitos da referida Decisão, agravo esse provido no tribunal.

No dia 3 de março de 2020, a Companhia tomou conhecimento de decisão proferida pelo relator do Agravo de Instrumento, distribuído à Segunda Câmara de Direito Comercial do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, por meio da qual foi deferida a concessão de efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento ("Decisão de Suspensão").

Conforme nota explicativa nº 1, em 22 de setembro de 2020 a Companhia obteve decisão judicial suspendendo o processo de falência e requerendo a apresentação de novo plano de recuperação.

A continuidade da Companhia depende agora da apresentação de novo plano de recuperação e aprovação dos credores.

Em decorrência desse contexto, não foi possível concluirmos se a utilização do pressuposto de continuidade operacional, base para a elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de março de 2021, é apropriado, nem tampouco quais seriam os efeitos sobre os saldos dos ativos, passivos e nos elementos componentes das demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa, caso as demonstrações financeiras não fossem preparadas considerando esse pressuposto, uma vez que, diversos ativos e passivos da Companhia podem ser alterados em decorrência dos desfechos finais deste assunto.

Homologação de programa de parcelamento

Conforme mencionado na nota explicativa nº 20, no 3º trimestre de 2017 a Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária – Débitos Previdenciários, migrando seus débitos de INSS que estavam parcelados em outros programas com base na Instrução Normativa n° 1.687/17. Na adesão a este programa, a Companhia reconheceu, de forma antecipada, os benefícios previstos em lei liquidando referidos débitos com a utilização de prejuízos fiscais. Entretanto, até o presente momento, os débitos consolidados pela Companhia não foram homologados pela Receita Federal do Brasil. A manutenção dos respectivos benefícios depende da respectiva homologação pela Receita Federal.

Nossa opinião não contém ressalva em função dos assuntos acima mencionados.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa revisão, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras comparativas

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, assim como as informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2020, apresentadas para fins comparativos foram submetidas a procedimentos de auditoria e revisão, respectivamente, e o relatório datado em 16 de março de 2021 foi emitido com sem ressalvas, e com ênfases sobre: (i) Plano de recuperação judicial – Decisão suspensiva quanto ao pedido de falência, (ii) Homologação de programa de parcelamento, e o relatório datado de 12 de novembro de 2020 foi emitido com as mesmas ênfases citadas acima.

Campinas, 13 de maio de 2021.

ALEXANDRE FERRETTI REGINALDO:21896765840

Assinado de forma digital por ALEXANDRE FERRETTI REGINALDO:21896765840
Dados: 2021.05.13 19:59:01 -03'00'

Evolução Auditores Independentes S.S Ilimitada
CVM nº 12.602
CRC 2SP027695/O-7

Alexandre Ferretti Reginaldo
Sócio-contador
CRC 1SP254620/O-0

QUADRO 1

POMI FRUTAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
ATIVO	**nota**	**31/03/2021**	**31/12/2020**	**31/03/2021**	**31/12/2020**
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	54	49	412	1.729
Clientes	6	140	-	2.101	-
Estoques	7	3.052	2.688	3.667	2.688
Tributos a recuperar	8	-	-	28	44
Adiantamentos	9	430	394	430	394
Despesas de exercícios seguintes	-	40	99	40	98
Total do ativo circulante		**3.716**	**3.230**	**6.678**	**4.953**
NÃO CIRCULANTE					
Depósitos judiciais	10	129	129	1.059	1.059
Tributos a recuperar	8	1.913	1.880	2.058	2.026
Alienação de bens do imobilizado	11	1	1	2	2
Outras contas a receber	-	714	-	716	1
Investimentos	12	3.057	2.511	-	-
Imobilizado	13	873	920	25.389	25.640
Intangível	-	-	-	2	3
Total do ativo não circulante		**6.687**	**5.441**	**29.226**	**28.731**
TOTAL DO ATIVO		**10.403**	**8.671**	**35.904**	**33.684**

		Controladora		Consolidado	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**nota**	**31/03/2021**	**31/12/2020**	**31/03/2021**	**31/12/2020**
CIRCULANTE					
Fornecedores	14	479	615	697	305
Fornecedores RJ	14	3.353	3.353	3.995	3.995
Empréstimos e financiamentos	15	2.237	2.159	36.935	35.001
Empréstimos e financiamentos - RJ	15	4.800	4.800	18.219	18.219
Financiamentos PESA	16	863	863	1.558	1.558
Salários e encargos sociais	17	1.410	797	1.419	806
Salários e encargos sociais - Parcelamento	18	54	68	54	68
Salários e encargos sociais - RJ	18	6.684	6.625	6.824	6.811
Obrigações tributárias	-	72	122	1.018	1.053
Obrigações tributárias - Parcelamento	19	148	163	148	163
Adiantamentos de clientes	-	33	33	34	34
Partes relacionadas	20	41.370	40.091	1.264	1.911
Partes relacionadas - RJ	20	2.979	2.979	3.045	3.045
Outras obrigações	21	820	829	1.186	1.001
Outras obrigações - RJ	21	5.063	5.063	9.260	9.094
Total do passivo circulante		**70.365**	**68.560**	**85.656**	**83.064**
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos PESA	16	1.339	606	7.670	7.021
Financiamentos PESA - RJ	16	288	288	398	397
Salários e encargos sociais - Parcelamento	18	33	39	33	39
Obrigações tributárias - Parcelamento	19	590	614	590	614
Tributos diferidos sobre reavaliação	-	-	-	3.769	3.848
Provisão para contingências	22	924	1.225	924	1.362
Provisão para preço mínimo de ações	23	3.152	3.152	3.152	3.152
Provisão para perdas em investimentos	-	-	-	-	-
Total do passivo não circulante		**6.326**	**5.924**	**16.536**	**16.433**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	24.1	142.813	142.813	142.813	142.813
Prejuízos acumulados	-	(209.101)	(208.626)	(209.101)	(208.626)
Total passivo descoberto		**(66.288)**	**(65.813)**	**(66.288)**	**(65.813)**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**10.403**	**8.671**	**35.904**	**33.684**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2

POMI FRUTAS S.A. (EM RECUPERAÇAO JUDICIAL)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	nota	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Venda de mercadorias		393	268	3.909	5.049
Venda de serviços		-	-	775	-
Receita bruta	26	**393**	**268**	**4.684**	**5.049**
Devoluções e abatimentos		-	-	-	-
Impostos		(11)	(8)	(102)	(8)
Deduções	26	**(11)**	**(8)**	**(102)**	**(8)**
RECEITA LÍQUIDA		**382**	**260**	**4.582**	**5.041**
Custo das mercadorias e serviços		**(591)**	**(507)**	**(3.808)**	**(3.121)**
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	26	**(209)**	**(247)**	**774**	**1.920**
Despesas gerais e administrativas	27	(890)	(918)	(925)	(954)
Despesas comerciais e de distribuição	-	(135)	(103)	(136)	(105)
Resultado de equivalência patrimonial	12	547	1.944	-	-
Outras receitas (despesas)	28	962	(16)	1.060	48
Receitas e despesas operacionais líquidas		**484**	**907**	**(1)**	**(1.011)**
Despesas financeiras	29	(1.800)	(1.026)	(4.985)	(3.122)
Receitas financeiras	29	1.050	753	3.658	2.505
Resultado financeiro líquido	29	**(750)**	**(273)**	**(1.327)**	**(617)**
LUCRO ANTES DO IRPJ E CSLL		**(475)**	**387**	**(554)**	**292**
IR e CS Diferidos		-	-	79	95
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		**(475)**	**387**	**(475)**	**387**
Por Ação		(0,2374)	0,1934	(0,2374)	0,1934

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3

POMI FRUTAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	**31/03/2020**	**31/03/2021**	**31/03/2020**
Lucro (Prejuízo) do exercício das operações continuadas	(475)	387	(475)	387
Total do resultado abrangente do exercício	**(475)**	**387**	**(475)**	**387**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4

POMI FRUTAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO DESCOBERTO
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Reavaliações	Reserva de Lucros	(Prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2019	**142.813**	**-**	**-**	**(210.785)**	**(67.972)**
Lucro do exercício	-	-	-	2.159	2.159
Em 31 de dezembro de 2020	**142.813**	**-**	**-**	**(208.626)**	**(65.813)**
Prejuízo do período	-	-	-	(475)	(475)
Em 31 de março de 2021	**142.813**	**-**	**-**	**(209.101)**	**(66.288)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 5

POMI FRUTAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Resultado do exercício	(475)	387	(475)	387
Ajuste do Resultado das Disponibilidades Geradas na Atividade Operacional				
Depreciação e Amortização	46	52	259	164
Equivalência Patrimonial	(547)	(1.944)	-	-
(Aumento) / Redução nos Ativos				
Clientes	(140)	(35)	(2.101)	(2.333)
Estoques	(364)	61	(979)	78
Tributos a recuperar	(33)	1	(16)	(18)
Adiantamentos	(36)	14	(36)	11
Despesas de exercícios seguintes	59	-	58	-
Depósitos judiciais	-	-	-	-
Alienação de bens do imobilizado	-	-	-	-
Outras contas a receber	(714)	-	(715)	-
Aumento / (Redução) nos Passivos				
Fornecedores	(136)	(608)	392	327
Outras contas a pagar e provisões	1.532	1.833	(202)	1.129
Tributos diferidos sobre reavaliação	-	-	(79)	(94)
Disponibilidades Líquidas Geradas pelas Atividades Operacionais	**(808)**	**(239)**	**(3.894)**	**(349)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos				
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(1)	(1)	(11)	(1)
Baixa de Bens do Imobilizado e intangível	3	20	4	24
Disponibilidades Líquidas Geradas nas Atividades de Investimentos	**2**	**19**	**(7)**	**23**
Atividades de Financiamentos				
Empréstimos e Financiamentos	811	262	2.584	834
Disponibilidades Líquidas Geradas pelas Atividades Financeiras	**811**	**262**	**2.584**	**834**
Redução de Caixa e equivalentes de caixa	**5**	**42**	**(1.317)**	**508**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	49	78	1.729	142
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	54	120	412	650
	5	**42**	**(1.317)**	**508**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 6

POMI FRUTAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
1- RECEITAS				
Vendas de Mercadorias e Serviços	393	268	4.684	5.049
Resultados não Operacionais	962	(16)	1.060	48
	1.355	**252**	**5.744**	**5.097**
2- INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo das Matérias-Primas, Mercadorias e Serviços	(1.581)	(1.160)	1.434	1.354
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	481	529	503	548
Demais Custos	-	-	-	-
	(1.101)	**(631)**	**1.937**	**1.902**
3- VALOR ADICIONADO BRUTO	**2.456**	**883**	**3.807**	**3.195**
4- RETENÇÕES				
Depreciação e Amortização	46	52	259	164
	46	**52**	**259**	**164**
5- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	**2.410**	**831**	**3.548**	**3.031**
6- VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas Financeiras	1.050	753	3.658	2.505
Resultado Equivalência Patrimonial	547	1.944	-	-
	1.597	**2.697**	**3.658**	**2.505**
7- VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**4.007**	**3.528**	**7.206**	**5.536**
Pessoal e Encargos				
Remuneração direta	2.080	1.630	2.080	1.630
Benefícios	326	270	326	270
F.G.T.S.	329	329	335	335
Outros	(126)	(159)	(132)	(165)
	2.609	**2.070**	**2.609**	**2.070**
Impostos, Taxas e Contribuições				
Federais	30	12	24	(78)
Estaduais	8	3	8	3
Municipais	4	10	24	12
	42	**25**	**56**	**(63)**
Outras				
Juros e Aluguéis	1.831	1.046	5.016	3.142
Lucro (prejuízo) do período	(475)	387	(475)	387
	1.356	**1.433**	**4.541**	**3.529**
8- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**4.007**	**3.528**	**7.206**	**5.536**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

POMI FRUTAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Pomi Frutas S.A. (Em Recuperação Judicial) ("Companhia"), localizada em Fraiburgo – SC foi constituída em novembro de 1962 e tem como atividades preponderantes o cultivo e a venda de maçãs, além da fruticultura. Atua, também, em outras atividades como o florestamento e reflorestamento, produção de mudas e sementes, apicultura, extrativismo vegetal de florestas nativas ou formadas, industrialização de frutas, comércio, exportação e importação de frutas, verduras e seus derivados, insumos e embalagens e a prestação de serviços nas áreas de classificação e armazenagem de produtos vegetais.

A Companhia obteve Registro de Capital Aberto sob o nº 01965-8, junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 28 de dezembro de 2004.

Recuperação judicial

Em 25 de janeiro de 2018, por meio do processo de n° 0300188-72.2018.8.24.0024 a Companhia impetrou seu pedido de recuperação judicial junto à 1ª Vara Cível do foro da Comarca de Fraiburgo – SC), cujo processamento foi deferido pelo juízo recuperacional no mesmo dia.

Em 25 de janeiro de 2018, houve a nomeação do administrador judicial responsável pela Recuperação Judicial da Companhia, tendo sido assinado o termo de compromisso em 1º de fevereiro de 2018.

Em 2 de maio de 2018 a Companhia entregou seu Plano de Recuperação Judicial e teve sua primeira assembleia agendada para 16 de abril de 2019, dada a insuficiência do quórum de instalação, ficou confirmada a realização da AGC em 2ª convocação para o dia 7 de maio de 2019. A Companhia solicitou novo prazo para apresentação de um novo Plano de Recuperação Judicial, prazo concedido pelo juiz responsável. No dia 20/06 foi apresentado um novo plano de recuperação judicial. No dia 03/10/2019 a Companhia peticionou nos autos da Recuperação Judicial requerendo a designação da Assembleia Geral de Credores para o dia 21/01/2020. No dia 22/10/2019 o juízo deferiu a solicitação, autorizando a Assembleia Geral de Credores para a data solicitada.

No dia 3 de março de 2020, a Companhia tomou conhecimento de decisão proferida pelo relator do Agravo de Instrumento, distribuído à Segunda Câmara de Direito Comercial do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, por meio da qual foi deferida a concessão de efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento ("Decisão de Suspensão")

Em 22 de setembro de 2020 a Companhia obteve decisão judicial suspendendo o processo de falência e requerendo a apresentação de novo plano de recuperação.

Em 13 de novembro de 2020 a Companhia protocolou novo plano de recuperação judicial, no qual foi deferido e tornado público. A companhia aguarda a manifestação dos credores quanto a adesão ou objeções ao novo plano de recuperação.

2. CONTROLADA

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis e as instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo as Informações financeiras intermediárias da Companhia e sua controlada integral Pomifrai Fruticultura S.A.

Na elaboração das Informações financeiras intermediárias consolidadas, foram utilizadas Informações financeiras intermediárias encerradas na mesma data-base, com adoção uniforme das práticas contábeis.

Foram eliminados os investimentos na proporção da participação detida pela investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das investidas e, os saldos ativos, passivos, receitas, despesas e resultados não realizados decorrentes de operações entre Companhia e Controlada.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE (COM RELAÇÃO ÀS NORMAS IFRS E às NORMAS DO CPC)

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e também conforme os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC").

3.2. BASE DE MENSURAÇÃO

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

3.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre as incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: clientes, tributos a recuperar, imobilizado, provisão para contingências, provisão para preço mínimo de ações e provisão para contingências.

4. PRINCIPAIS DE POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas informações financeiras individuais e consolidadas. As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela empresa investida da Companhia.

4.1. BASE DE CONSOLIDAÇÃO

Controlada

A Companhia controla uma investida quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As informações financeiras intermediárias da controlada são incluídas nas informações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data que o controle inicia até a data que o controle é perdido.

As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas informações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre Controladora e Controlada são eliminados na preparação das informações financeiras intermediárias consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com empresa investida registrada por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4.2. APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas e despesas financeiras.

4.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A mensuração de ativos e passivos financeiros da companhia são inicialmente mensurados a valor justo por meio do resultado. Conforme CPC 48/ IFRS 9.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

<u>Ativos financeiros</u>

A Companhia e sua controlada realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. Os ativos financeiros são mensurados conforme descrito a seguir:

- Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e sua controlada gerenciam esses investimentos e tomam decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

- Ativos financeiros registrados ao custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

I - É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

II - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é desreconhecido (baixado), em parte ou integralmente, quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou quando a Companhia não transfere nem retêm substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

Passivos financeiros

- Passivos financeiros ao custo amortizado

Os outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, financiamentos, fornecedores, credores por aquisição de imóveis, e outras contas a pagar, são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

- Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

- Hedge Accounting

A Companhia não adota a prática contábil de Hedge Accounting.

4.4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

Novas normas e interpretações ainda não efetivas. Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019.

Embora a adoção antecipada seja permitida, a Companhia e suas controladas não adotaram as normas abaixo relacionadas.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia.

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

Normas adotadas a partir de 1º de janeiro de 2019

ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro
A interpretação ICPC 22 / IFRIC 23 trata de aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 / IAS 12 – Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

A Companhia analisou decisões tributárias relevantes de tribunais superiores e se estas conflitam de alguma forma com as posições adotadas pela Companhia. Para posições fiscais incertas conhecidas a Companhia revisou as opiniões legais correspondentes a jurisprudências. e, não identificou impactos a serem registrados, uma vez que concluiu não ser provável que as autoridades fiscais não aceitem as posições adotadas. Portanto, em 31 de dezembro de 2019, não houve impactos nas informações financeiras da Companhia.

CPC 06(R2) / IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil

A norma sobre Operações de arrendamento mercantil – CPC 06 (R2) (IFRS 16) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 / IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia conduziu uma revisão de seus contratos avaliou que não possui atualmente arrendamentos enquadrados no escopo da norma contábil em questão. Dessa forma, não houve necessidade de ajustes à essas informações financeiras individuais e consolidadas. Em caso de arrendamentos futuros enquadrados no escopo desta norma, a Companhia optará pela adoção da abordagem retrospectiva modificada como método de transição a partir de 1º de janeiro de 2019, com efeitos prospectivos, portanto, os períodos comparativos, quando aplicável, não serão representados.

4.5. CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias da Companhia são classificadas como patrimônio líquido (passivo a descoberto).

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando incorridos, são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributáveis.

O estatuto social estabelece que, aos acionistas serão assegurados dividendos mínimos de 30% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202, da Lei nº 6.404/76. A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio será feita na forma da Lei nº 9.249/95.

4.6. CONTAS A RECEBER

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos), e ajustadas por provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente pela administração, para fazer face a eventuais perdas na realização.

4.7. ESTOQUES

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção, e não excedem aos respectivos valores líquidos de realização. Todos os custos de produção incorridos na formação dos estoques, tanto o valor apurado no pomar (formação da fruta) quanto ao valor agregado no Packing House (armazenagem, classificação e embalagem), são agregados ao estoque e baixados conforme sua venda mensal.

4.8. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação de exercícios anteriores, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

As depreciações são calculadas pelo método linear, em função da expectativa de vida útil econômica dos bens.
Até o 3º trimestre de 2018, a Companhia optou por manter os saldos existentes da reavaliação, os quais serão realizados de acordo com a depreciação ou baixas dos bens reavaliados. Em função da reavaliação ocorrida em 29 de dezembro de 2006, novas taxas de depreciação foram atribuídas aos pomares, edificações urbanas e rurais, considerando o tempo de vida útil econômica remanescente a partir de janeiro de 2007. Especificamente, aos pomares, foram aplicadas taxas anuais de depreciação diferenciadas, considerado o período de vida útil produtiva de cada pomar. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou a baixa integral de referida reserva.

Os bens patrimoniais estão registrados ao custo de aquisição ou construção, complementado com o acréscimo de custo atribuído a determinadas classes de imobilizado, devidamente suportado por laudo de avaliação patrimonial elaborado por empresa especializada e as depreciações são calculadas pelo método linear, em função da expectativa de vida útil econômica dos bens.

4.9. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT)

a. Ativos financeiros

Um ativo financeiro é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

b. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, com exceção do estoque e do imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

4.10. INTANGÍVEL

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e sua controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperáveis acumuladas, quando aplicável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

4.11. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4.12. AJUSTES A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os ativos e passivos não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários do circulante é calculado e, somente, registrado se considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado considerando os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.13. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e a atualização monetária de juros sobre obrigações tributárias/sociais, e de dívidas junto aos credores (recuperação extrajudicial).

4.14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, considerando a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias e créditos tributários entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das informações financeiras individuais e consolidadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Pelo fato de a Companhia estar enquadrada no ramo de “atividade rural”, ela faz jus ao direito de compensar 100% de seus resultados tributáveis com prejuízos fiscais oriundos da atividade rural. O lucro advindo de atividade “não rural, operacional ou não” deve ser compensado no limite de 30%, conforme RIR/99.

4.15. LUCROS OU PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo é efetuado segundo a equação "lucro líquido/prejuízo/quantidade de ações em circulação" no encerramento de cada exercício.

4.16. DEMONSTRAÇÕES DE VALOR ADICIONADO

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações financeiras intermediárias conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4.17. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio das quais é possível obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do Grupo.

Atualmente a Companhia e sua controlada operam em um único segmento que é o cultivo e a venda de maçãs.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/mar/21	31/dez/20	31/mar/21	31/dez/20
Cirulante				
Caixa	-	-	-	-
Banco conta movimento	-	38	-	38
Aplicação Financeira	54	11	412	1.691
	54	49	412	1.729

6 CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/mar/21	31/dez/20	31/mar/21	31/dez/20
Duplicatas a receber	463	323	2.889	788
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(323)	(323)	(788)	(788)
	140	-	2.101	-

A composição dos saldos a receber de clientes por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/mar/21	31/dez/20	31/mar/21	31/dez/20
A vencer	140	-	2.101	-
Vencidas				
Até 30 dias	-	-	-	-
31 a 60 dias	-	-	-	-
61 a 90 dias	-	-	-	-
91 a 180 dias	-	-	-	-
a mais de 180 dias	323	323	788	788
	463	323	2.889	788

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/dez/20	31/03/2021	31/dez/20
Saldo inicial	(323)	(323)	(788)	(788)
Adições	-	-	-	-
Recuperações	-	-	-	-
	(323)	(323)	(788)	(788)

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é a melhor estimativa que a Companhia possui, sendo considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas com clientes. As contas a receber são baixadas contra a provisão para devedores duvidosos após todos os meios de cobrança terem se esgotado e a possibilidade de recuperação dos valores a receber ser considerada remota. Dessa forma, a Companhia considera como “provável perda” os títulos vencidos acima de 90 dias.

7 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/mar/21	31/dez/20	31/mar/21	31/dez/20
Produtos em formação (safra da maçã)	291	1.811	712	1.811
Material consumo e reposição	956	947	957	947
Maças próprias	1.875	-	1.875	-
Estoque de Terceiros	-	-	193	-
(-) Provisão para perda estoque	(70)	(70)	(70)	(70)
	3.052	2.688	3.667	2.688

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção. A apuração do CPV mensal tem como premissa básica considerar que nos primeiros seis meses do ano toda a fruta industrial, passa a receber somente o custo de pomar (custo agrícola) por ser uma fruta de descarte, não contendo nenhum valor de armazenagem, classificação e embalagem agregado em seu custo.

8 TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/mar/21	31/dez/20	31/mar/21	31/dez/20
Circulante				
Cofins	-	-	-	14
IRPJ	-	-	17	18
CSLL	-	-	9	9
Pis	-	-	2	3
	-	-	28	44
Não Circulante				
Cofins	1.745	1.709	1.889	1.856
Pis	505	503	531	531
(-) Provisão para glosas	(337)	(332)	(362)	(361)
	1.913	1.880	2.058	2.026

Os montantes de PIS e COFINS a compensar são decorrentes de créditos pela compra de insumos, acumulados em razão da isenção destes tributos nas atividades operacionais da Companhia. Amparada no artigo 16, inciso II da Lei nº 11.116/05, a Companhia realiza compensações junto à Secretaria da Receita Federal.

Em 20 de agosto de 2019, a controladora Pomifrai Fruticultura S.A, foi ressarcida, com R$2.050, referente aos Créditos de PIS e COFINS apurados em períodos anteriores sendo que este montante, na sua totalidade, não sofreu glosas por parte da receita. Em decorrência deste evento, ao constituir provisão para perdas/glosas correspondente aos créditos em processo de homologação, foram reconsideradas para 15% tendo como base a média histórica de glosas ocorridas no deferimento desses créditos.

9 ADIANTAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/mar/21	31/dez/20	31/mar/21	31/dez/20
Adiantamento a fornecedores	3.948	3.913	3.955	3.919
Adiantamento de férias	-	2	-	2
Adiantamento a funcionários	29	26	29	26
Provisão para perdas	(3.547)	(3.547)	(3.554)	(3.553)
	430	394	430	394

10 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/mar/21	31/dez/20	31/mar/21	31/dez/20
Contribuição Social Rural	-	-	930	930
Depósitos Judiciais CVM	118	118	118	118
Aluguel Barracao -Caucao	11	11	11	11
	129	129	1.059	1.059

Contribuição social rural

Amparada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia discute judicialmente a contribuição previdenciária incidente sobre a comercialização de sua produção rural, considerando a inconstitucionalidade do artigo 22-A da Lei 8.212/91, com as modificações da Lei 10.256/2001.

Em resumo, a Companhia discute o direito de inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre salários e demais remunerações pagas aos seus empregados a título de salário-doença, aviso prévio indenizado, do terço sobre férias, auxílio maternidade e horas extras, apenas na controlada Pomifrai.

Depósitos judiciais – CVM

Referem-se a bloqueios judiciais de multas da CVM que estão sendo discutidos pela Companhia.

11 ALIENAÇÃO DE BENS DO ATIVO IMOBILIZADO

	Controladora		Consolidado	
	31/mar/21	31/dez/20	31/mar/21	31/dez/20
Não Circulante				
Área de 336,14 hectares	1.800	1.800	3.700	3.700
Provisão para perdas	(1.799)	(1.799)	(3.698)	(3.698)
	1	1	2	2

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia revisou a expectativa de realização desses ativos e optou por constituir provisão para perdas nos montantes de R$1.799 na controladora e R$3.698 no consolidado, uma vez que, esses ativos estão vinculados a credores da Companhia que foram inclusos em seu plano de recuperação judicial. Assim, a possibilidade de realização de tais ativos por eventual encontro de contas com os passivos devidos a esses credores passou a ser remota.

12 PROVISÃO PARA PERDA EM INVESTIMENTOS

O saldo de R$3.057 (R$2.511 em 2020) registrado na controladora na rubrica “Investimentos” se refere à participação de 100% no capital da controlada Pomifrai Fruticultura S.A. Em atendimento ao CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto, a Companhia avalia este investimento pelo método de equivalência patrimonial.

No período findo em 31 de março de 2021, a Companhia reconheceu um resultado positivo de equivalência patrimonial no montante de R$547 (R$5.204 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

13 IMOBILIZADO

Controladora

Descrição	Taxa anual de depreciação em %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/mar/21	Líquido 31/dez/20
Imobilizado Próprio em Operação	-				
Benfeitorias	2% a 10%	1.265	(1.127)	138	153
Máquinas e Equipamentos	0,32% a 25%	3.939	(3.302)	637	667
Veículos e Tratores	0,48%	573	(565)	8	8
Móveis e Utensílios	0,85% a 20%	519	(503)	16	18
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	-				
Vestiário/Banheiros Vacaria	1,48%	38	(13)	25	25
Reavaliações	-				
Terrenos	-	48	-	48	48
Culturas Permanentes	5 a 8%	4	(3)	1	1
		6.386	(5.513)	873	920

Mapa de movimentação do imobilizado

	31/dez/20			31/mar/21
	Inicial	Adições	Baixas	Final
Custos				
Imobilizado Próprio em Operação				
Benfeitorias	1.282	-	(17)	1.265
Máquinas e Equipamentos	4.078	1	(140)	3.939
Veículos e Tratores	573	-	-	573
Móveis e Utensílios	519	-	-	519
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros				
Vestiário/Banheiros Vacaria	38	-	-	38
Reavaliações				
Terrenos	48	-	-	48
Culturas Permanentes	4	-	-	4
	6.542	1	(157)	6.386
Depreciação acumulada				
Imobilizado Próprio em Operação				
Benfeitorias	(1.129)	(12)	14	(1.127)
Máquinas e Equipamentos	(3.411)	(31)	140	(3.302)
Veículos e Tratores	(565)	-	-	(565)
Móveis e Utensílios	(501)	(2)	-	(503)
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros				
Vestiário/Banheiros Vacaria	(13)	-	-	(13)
Reavaliações				
Terrenos	-	-	-	-
Culturas Permanentes	(3)	-	-	(3)
	(5.622)	(45)	154	(5.513)
	920	(44)	(3)	873

Consolidado

Descrição	Taxa anual de depreciação em %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/mar/21	Líquido 31/dez/20
Imobilizado Próprio em Operação					
Terrenos	-	64	-	64	64
Edificações	1% a 6%	15.508	(9.115)	6.393	6.431
Benfeitorias	1% a 10%	2.051	(1.558)	493	514
Culturas Permanentes	5% a 8%	3.379	(2.843)	536	539
Maquinas e Equipamentos	1% a 20%	17.358	(14.044)	3.315	3.362
Veículos e Tratores	3% a 8%	870	(839)	31	31
Móveis e Utensílios	1% a 10%	887	(837)	50	53
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	-	-			
Vestiário/Banheiros Vacaria	1,48%	38	(13)	24	25
Imobilizações em andamento		-			
Florestas em formação	-	-	-	-	-
Reavaliações	-	-			
Terrenos	-	1.169	-	1.169	1.169
Edificações e Benfeitorias	1% a 3%	4.751	(3.398)	1.353	1.362
Culturas Permanentes	5 a 8%	4	(3)	1	1
Ajuste Patrimonial		-			
Terrenos	-	262	(815)	(553)	(553)
Edificações	2% a 8%	628	(358)	270	273
Benfeitorias	1% a 5%	1	(1)	-	-
Maquinas e Equipamentos	1% a 9%	9.596	(6.859)	2.737	2.794
Câmaras Frigoríficas	3%	17.111	(7.643)	9.468	9.535
Veículos e Tratores	4 a 7%	136	(105)	30	31
Móveis e Utensílios	4% a 8%	64	(55)	8	9
		73.878	(48.489)	25.389	25.640

Mapa de movimentação do imobilizado

	31/dez/20			31/mar/21
	Inicial	Adições	Baixas	Final
Custos				
Imobilizado Próprio em Operação				
Terrenos	64	-	-	64
Edificações	15.508	-	-	15.508
Benfeitorias	2.068	-	(17)	2.051
Culturas Permanentes	3.379	-	-	3.379
Maquinas e Equipamentos	17.487	12	(140)	17.359
Veículos e Tratores	870	-	-	870
Móveis e Utensílios	887	-	-	887
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros				
Vestiário/Banheiros Vacaria	38	-	-	38
Imobilizações em andamento				
Florestas em formação	-	-	-	-
Reavaliações				
Terrenos	1.169	-	-	1.169
Edificações e Benfeitorias	4.751	-	-	4.751
Culturas Permanentes	4	-	-	4
Ajuste Patrimonial				
Terrenos	262	-	-	262
Edificações	628	-	-	628
Benfeitorias	1	-	-	1
Maquinas e Equipamentos	9.685	-	(89)	9.596
Câmaras Frigoríficas	17.111	-	-	17.111
Veículos e Tratores	136	-	-	136
Móveis e Utensílios	64	-	-	64
	74.112	12	(246)	73.878
Depreciação acumulada				
Imobilizado Próprio em Operação				
Edificações	(9.077)	(38)	-	(9.115)
Benfeitorias	(1.554)	(18)	14	(1.558)
Culturas Permanentes	(2.840)	(3)	-	(2.843)
Maquinas e Equipamentos	(14.125)	(59)	140	(14.044)
Veículos e Tratores	(839)	-	-	(839)
Móveis e Utensílios	(834)	(3)	-	(837)
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros				
Vestiário/Banheiros Vacaria	(13)	(1)	-	(14)
Reavaliações				
Edificações e Benfeitorias	(3.389)	(9)	-	(3.398)
Culturas Permanentes	(3)	-	-	(3)
Ajuste Patrimonial				
Terrenos	(815)	-	-	(815)
Edificações	(355)	(3)	-	(358)
Benfeitorias	(1)	-	-	(1)
Maquinas e Equipamentos	(6.891)	(57)	89	(6.859)
Câmaras Frigoríficas	(7.576)	(67)	-	(7.643)
Veículos e Tratores	(105)	(1)	-	(106)
Móveis e Utensílios	(55)	(1)	-	(56)
	(48.472)	(260)	243	(48.489)
	25.640	(248)	(3)	25.389

14 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/mar/21	31/dez/20	31/mar/21	31/dez/20
Circulante				
Matriz	479	615	697	305
	479	615	697	305
Circulante - RJ				
Recuperação judicial	3.353	3.353	3.995	3.995
	3.353	3.353	3.995	3.995

Parceria rural com a controlada

Em janeiro de 2011 a Companhia (na condição de Parceria Produtora) firmou Contrato Particular de Parceria Rural e de Cessão de Estabelecimentos Rurais e de Fundo de Comércio, com sua Controlada Pomifrai Fruticultura S.A (na condição de Parceira Proprietária), visando estabelecer parceria agrícola objetivando a produção, o transporte interno, a armazenagem a frio, a classificação e a embalagem das maças produzidas nos imóveis objetos do contrato de parceria rural. Referido contrato foi renovado em outubro de 2015, com prazo de duração indeterminado.

Ajustes e acertos contábeis decorrentes do plano de recuperação judicial

Durante o ano de 2019 com base nos posicionamentos emitidos pelo administrador do plano de recuperação judicial, a Companhia vem realizando diversos ajustes contábeis em seus passivos, os quais decorrem principalmente de novos pedidos de habilitação de créditos no referido plano. Esses ajustes foram realizados com o objetivo de apresentar os passivos da Companhia em conformidade com os controles apresentados pelo administrador da Recuperação Judicial.

15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Controladora		Consolidado	
Instituições Financeiras	Taxa anual contrato	31/mar/21	31/dez/20	31/mar/21	31/dez/20
Circulante					
BRDE - Renegociação		-	-	33.435	32.835
Duplicatas Descontadas	Mercado	78	-	1.341	7
Fundo AFARE I	CDI	2.159	2.159	2.159	2.159
		2.237	2.159	36.935	35.001
Circulante - RJ					
BRDE - Renegociação RJ	TR	2.762	2.762	16.181	16.181
Fidc Empirica SIFRA RJ		2.038	2.038	2.038	2.038
		4.800	4.800	18.219	18.219

Conforme demonstrado no quadro acima, em 31 de dezembro de 2019, os saldos de empréstimos e financiamentos foram todos reclassificados para o passivo circulante devido aos seus prazos de vencimento. Os débitos bancários que foram habilitados pelos credores da recuperação judicial não estão sofrendo atualizações monetárias, enquanto os débitos não habilitados permanecem sendo atualizados monetariamente de acordo com as premissas anteriormente pactuadas.

O aumento nos débitos a pagar junto ao BRDE é reflexo do reconhecimento de atualizações monetárias, assim como pelo reconhecimento de débito adicional que foi habilitado no plano de recuperação judicial.

16 FINANCIAMENTOS PESA

Financiamentos PESA

Controladora								Consolidado			
Circulante								Circulante			
Pomi Frutas S/A	Garantias	Taxa Anual	Vencimento	Financiamento	CTN	Líquido	Líquido	Financiamento	CTN	Líquido	Líquido
Instituições Financeiras		Contrato	Final	31/mar/21	31/mar/21	31/mar/21	31/dez/20	31/mar/21	31/mar/21	31/mar/21	31/dez/20
BRADESCO 2000/80	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2020	-	-	-	-	-	-	-	-
BRDE 2.1163301-8 - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2020	-	-	-	-	-	-	-	-
BRDE 10771 Finame - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2020	-	-	-	-	-	-	-	-
BRDE 10378 Finame - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2020	-	-	-	-	-	-	-	-
BANCO DO BRASIL -BESC CRPH-91	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2022	863	-	863	863	863	-	863	863
BANCO DO BRASIL - BESC 549700242	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2022	-	-	-	-	695	-	695	695
BRDE 7691 - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2020	-	-	-	-	-	-	-	-
			TOTAL CIRCULANTE	863	-	863	863	1.558	-	1.558	1.558

Financiamentos PESA

Controladora								Consolidado			
Não circulante								Não circulante			
Pomi Frutas S/A	Garantias	Taxa Anual	Vencimento	Financiamento	CTN	Líquido	Líquido	Financiamento	CTN	Líquido	Líquido
Instituições Financeiras		Contrato	Final	31/mar/21	31/mar/21	31/mar/21	31/dez/20	31/mar/21	31/mar/21	31/mar/21	31/dez/20
BANCO DO BRASIL -BESC CRPH-91	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2022	11.607	10.268	1.339	606	11.607	10.268	1.339	606
BANCO BRASIL - BESC S/A CRPH 72	Imóveis	IGPM + 3%	2025	-	-	-	-	-	-	-	-
BANCO DO BRASIL - BESC 549700242	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2022	-	-	-	-	13.901	12.327	1.574	1.719
BRDE 10.988/13615-02 - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2022	-	-	-	-	7.303	5.371	1.932	1.910
BRDE 10989/13615-01 - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2022	-	-	-	-	10.641	7.816	2.825	2.786
			TOTAL NÃO CIRCULANTE	11.607	10.268	1.339	606	43.452	35.782	7.670	7.021

Financiamentos PESA - RJ

Controladora								Consolidado			
Não circulante								Não circulante			
Pomi Frutas S/A	Garantias	Taxa Anual	Vencimento	Financiamento	CTN	Líquido	Líquido	Financiamento	CTN	Líquido	Líquido
Instituições Financeiras		Contrato	Final	31/mar/21	31/mar/21	31/mar/21	31/dez/20	31/mar/21	31/mar/21	31/mar/21	31/dez/20
BANCO DO BRASIL -BESC CRPH-91 - RJ	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2022	288	-	288	288	288	-	288	288
BANCO BRASIL - BESC S/A CRPH 72 - RJ	Imóveis	IGPM + 3%	2025	-	-	-	-	-	-	-	-
BANCO DO BRASIL - BESC 549700242 - RJ	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2022	-	-	-	-	110	-	110	109
			TOTAL NÃO CIRCULANTE - RJ	288	-	288	288	398	-	398	397

17 SALÁRIOS E ENCARGOS

	Controladora		Consolidado	
	31/mar/21	31/dez/20	31/mar/21	31/dez/20
Circulante				
FGTS	117	79	117	79
Provisão 13º Sal. E Férias	666	428	675	437
Salário	421	244	421	244
INSS	61	26	61	26
Rescisão	145	20	145	20
	1.410	797	1.419	806

18 SALÁRIOS E ENCARGOS - PARCELAMENTO

	Controladora		Consolidado	
	31/mar/21	31/dez/20	31/mar/21	31/dez/20
Circulante				
Parcelamento INSS	54	68	54	68
Salarios e enc sociais RJ	6.684	6.625	6.824	6.811
	6.738	6.693	6.878	6.879
Não circulante				
Parcelamento INSS	33	39	33	39
	33	39	33	39

19 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - PARCELAMENTO

	Controladora		Consolidado	
	31/mar/21	31/dez/20	31/mar/21	31/dez/20
Circulante				
ICMS	58	60	58	60
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL RURAL	60	58	60	58
ISS/IPTU	9	24	9	24
PIS/COFINS	21	21	21	21
	148	163	148	163
Não circulante				
ICMS	329	331	329	331
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL RURAL PIS/COFINS	261	264	261	264
ISS/IPTU	-	19	-	19
	590	614	590	614

Débitos migrados para programas de parcelamentos

Em abril de 2017, com base na Instrução Normativa n° 1.687/17, a Companhia e sua controlada aderiram ao Programa de Regularização Tributária – Débitos Previdenciários, migrando seus débitos de INSS que estavam parcelados em outros programas. De acordo com as condições do "PRT".

Nesta adesão, foi reconhecido os benefícios relativos à inclusão no parcelamento previsto em lei, que se refere, substancialmente, à possibilidade de abatimento integral da dívida previdenciária com a utilização de prejuízos fiscais e base negativa do imposto de renda.

20 PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/mar/21	31/dez/20	31/mar/21	31/dez/20
Circulante				
Pomifrai Fruticultura S.A. (a)	40.683	39.408	-	-
Débitos com acionistas	687	683	1.264	1.911
	41.370	40.091	1.264	1.911
Circulante - RJ				
Partes Relacionadas RJ (b)	2.979	2.979	3.045	3.045
	2.979	2.979	3.045	3.045

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março 2021, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício relativo às operações com Partes Relacionadas decorrem, substancialmente, de transações entre a Companhia e sua Controlada, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e condições especificas, considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

(a) Pomifrai Fruticultura S.A.

A Companhia realiza operações com a Controlada Pomifrai Fruticultura S.A. com a finalidade de viabilizar suas operações. Nessas operações, não há cobrança de encargos financeiros sobre o saldo, bem como, não foi firmado prazo para liquidação dessas obrigações. Referidas movimentações são eliminadas para fins de consolidação.

(b) Débitos com acionistas e Partes relacionadas – R.J

Ao longo dos exercícios de 2016 e 2017, foram celebrados contratos de mútuo com o acionista controlador. Referidos débitos são atualizados com juros equivalente a 100% (cem por cento) do CDI (Certificado de Deposito Interbancário).

Remuneração dos administradores

De acordo com a lei das Sociedades por ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela lei nº11.638/07, e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas em Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

A remuneração global dos Administradores (diretores e conselheiros) no período encerrado em 31 de março de 2021 soma R$ 285.092, e está em conformidade com o limite anual aprovado no estatuto social da Companhia bem como na Assembleia Geral Ordinária realizada em 20 de abril de 2020.

Programa de retenção de profissionais e executivos

A companhia aprovou um Plano de Opção de Compra de Ações em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de julho de 2019 que tem por objetivo assegurar a retenção de profissionais e executivos.

O estatuto social da companhia prevê, em seu art. 5º, parágrafo 2º, item (ii) a possibilidade de outorga de opção de compra de ações, dentro do limite de capital autorizado, nos termos do referido Plano, e o os profissionais e executivos considerados no referido plano foram considerados elegíveis em deliberação tomada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de junho de 2019.

O referido plano oferece a possibilidade de compra de até 200.000 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, mediante a emissão de novas ações dentro do limite do capital social da companhia.

O exercício da opção apresenta os seguintes prazos:

Período de exercício	Volume de aquisição
1º período após o primeiro aniversário	50%
2º período após o segundo aniversário	25%
3º período após o terceiro aniversário	25%

O preço de exercício da opção será o maior valor entre as seguintes opções: (i) o valor de R$ 5,10 por ação, corrigido pela taxa CDI a partir da data da aprovação do plano até a data da outorga da opção; ou (ii) preço médio ponderado por volume, das ações da mesma espécie registrado nos 60 pregões anteriores à data de outorga da opção.

O pagamento do preço de exercício será pago à Companhia, em parcela única, com recursos próprios do beneficiário, no prazo de 5 dias úteis após o registro das respectivas ações em nome do beneficiário.

Foi aprovado na AGOE do dia 29/04/2021 a alteração a clausula 3.1, que passa a vigorar com a seguinte redação:

O preço de exercício da Opção será calculado com base no menor valor entre as seguintes opções: (i) R$ 5,10 (cinco reais e dez centavos) por Ação, corrigido pela taxa CDI a partir da data da aprovação do Plano até a data da outorga desta Opção; ou (ii) preço médio, ponderado por volume, das ações da mesma espécie registrado nos 60 (sessenta) pregões anteriores à data de outorga da Opção ("Preço de Exercício")."

21 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/mar/21	31/dez/20	31/mar/21	31/dez/20
Circulante				
Outros (b)	394	403	556	565
Arrendamentos	250	250	260	260
Estoque de Terceiros	-	-	194	-
Litígio CAM	160	160	160	160
Processos a Pagar	16	16	16	16
	820	829	1.186	1.001
Circulante - RJ				
Outros RJ (a)	5.063	5.063	9.260	9.094
	5.063	5.063	9.260	9.094

(a) Saldos referentes aos distratos e arrendamentos a pagar de exercícios anteriores. No 1º trimestre de 2019, houve o pedido para que tais débitos fossem habilitados na Recuperação Judicial. Dessa forma, a Companhia reconheceu esses passivos em conformidade com os valores apresentados pelo administrador judicial, e reclassificou essa obrigação integralmente para o passivo circulante.

(b) Refere-se a débitos junto a prestadores de serviços constituídos em exercícios anteriores, os quais são objeto de discussões judiciais em andamento.

22 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/mar/21	31/dez/20	31/mar/21	31/dez/20
Contingências tributárias	691	691	691	691
Contingências cíveis	227	528	227	665
Contingências trabalhistas	6	6	6	6
	924	1.225	924	1.362

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal das operações, os quais envolvem questões trabalhistas, cíveis e tributárias.

22.1. Contingências tributárias

Contingências Tributárias	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/20	691	691
Constituição	-	-
Reversões	-	-
Saldo em 31/03/21	691	691

As provisões para contingências tributárias foram constituídas referente autuação da CVM e demais ações judiciais desta natureza.

22.2. Contingências cíveis

Contingências Cíveis	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/20	528	665
Constituição	-	-
Reversões	(301)	(438)
Saldo em 31/03/21	227	227

O saldo das Reversões foi constituído conforme a mudança da possibilidade de êxito, segundo avaliação dos assessores jurídicos.

22.3. Contingências trabalhistas

As provisões para contingências foram constituídas para registro de perdas consideradas como prováveis em processos administrativos e judiciais, por valor julgado suficiente pela administração, segundo a avaliação dos assessores jurídicos. A seguir, demonstramos a abertura dos saldos:

Contingências Trabalhistas	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/20	6	6
Constituição	-	-
Reversões	-	-
Saldo em 31/03/21	6	6

Em 31 de março de 2021 a abertura das contingências por natureza e probabilidade de perda, estavam assim apresentadas:

	Controladora			Consolidado		
	Provável	Possível	Remoto	Provável	Possível	Remoto
Tributárias	691	2.635	-	691	2.635	-
Cíveis	227	441	11.197	227	447	11.199
Trabalhistas	6	57	-	6	57	-
	924	3.133	11.197	924	3.139	11.199

Os processos cíveis classificados como perda possível referem-se em sua maioria a ações de cobrança e de execução de títulos extrajudiciais.

23 CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ADESÃO À CAMERA DE ARBITRAGEM

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante no Capítulo X - Do Juízo Arbitral, artigo 42 de seu estatuto social.

Arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado ('CAM"), na data de 29/10/2015

O pleito da Companhia era: (i) o reconhecimento da eficácia da reconsideração, deliberada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11/12/2015, (i.a) da aprovação das contas da antiga administração da Pomi Frutas relativamente aos exercícios de 2013 e 2014, assim como (i.b) da quitação outorgada aos administradores em tais exercícios (ou, sucessivamente, a anulação de tais aprovações de contas e outorgas de quitação); (ii) a declaração da invalidade da aprovação pelo conselho de administração da Companhia das contas da antiga administração da Pomi Frutas relativamente aos primeiros trimestres de 2015, assim como de quitação outorgada pelo referido conselho a membros da antiga administração; (iii) a declaração da invalidade de contratos de prestação de serviço de consultoria financeira celebrados pela Pomi Frutas com as sociedades RB, Private e Valor, com a condenação de tais sociedades, em solidariedade com os demais Requeridos, a indenizarem a Pomi Frutas pelas perdas e danos sofridos em decorrência dos mencionados contratos; e (iv) a condenação dos antigos controladores e membros da administração da Companhia, respectivamente, por abuso de poder de controle e desrespeito a deveres fiduciários, com a sua condenação a indenizar a Pomi Frutas pelas perdas e danos sofridos em razão dos atos irregulares praticados.

O Processo foi encerrado dia 19 de dezembro de 2018. A despeito do disposto nos artigos 30 e 109, § 1º, da Lei nº 6.404/76, bem como nas Instruções CVM nº 10/1980 e 390/2003, a Câmara de Arbitragem do Mercado considerou válida a garantia de preço mínimo estabelecida no Acordo de Incorporação celebrado em dezembro de 2009 pela administração à época. Com isso, apenas 2 (dois) acionistas foram beneficiados em detrimento de todos os demais, já que a garantia de preço mínimo funciona como uma "opção de venda" outorgada a tais acionistas contra a Companhia (em violação à legislação em vigor, na opinião da administração e seus assessores jurídicos.
Em 31 de março de 2021, a Companhia considera que todos os passivos decorrentes desta questão se encontram devidamente provisionados e reconhecidos em suas informações financeiras individuais e consolidadas.

24 PASSIVO A DESCOBERTO

24.1. Capital social (em R$)

Em 29 de novembro de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, nos termos do §1º do Artigo 5º de seu Estatuto Social, no valor de até R$ 4.586.298,00 (quatro milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, duzentos e noventa e oito reais), mediante a emissão para subscrição privada de até 3.057.532 (três milhões, cinquenta e sete mil, quinhentas e trinta e duas) novas ações ordinárias de emissão da Companhia, todas escriturais e sem valor nominal. Até 30 de setembro de 2017 foram subscritas 64.168 (sessenta e quatro mil, cento e sessenta e oito) novas ações novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 1,50 (um Real e cinquenta centavos) por ação, totalizando o valor de R$ 96.252,00 (noventa e seis mil, duzentos e cinquenta e dois reais). Dessa forma, o capital social da Companhia em 31 de dezembro 2019 é de R$ 142.812.954,05 (cento e quarenta e dois milhões, oitocentos e doze mil e novecentos e cinquenta e quatro reais e cinco centavos), representado por 12.006.636 (doze milhões, seis mil, seiscentas e trinta e seis) ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal.

Em setembro de 2019, foi agrupado as 12.006.636 (doze milhões, seis mil, seiscentos e trinta e seis) de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, de emissão da Companhia ("Grupamento") na proporção de 6 (seis) para 01 (uma) ação da mesma espécie, sem modificação do capital social nos termos do artigo 12 da LSA. Desse modo, após a consumação do Grupamento, o capital social da Companhia permanecerá no montante de R$ 142.812.954,05 (cento e quarenta e dois milhões, oitocentos e doze mil e novecentos e cinquenta e quatro reais e cinco centavos), dividido em 2.001.106 (dois milhões, um mil, cento e seis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O Grupamento é realizado em atenção à determinação exarada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, tendo em vista o desenquadramento da cotação das ações da Companhia em relação ao valor mínimo previsto no Manual do Emissor.

24.2. Reserva de reavaliação

Em 2006, a Companhia reavaliou o total de seus terrenos urbanos, áreas rurais, benfeitorias urbanas, benfeitorias rurais, pomares de maçãs e reflorestamentos de pinus. Estas reavaliações foram registradas com base em laudo de avaliação, preparado por empresa especializada por seus valores de mercado na data da reavaliação, conforme artigo 8º da Lei nº. 6.404/76. O registro da avaliação foi aprovado em assembleia geral extraordinária de 29 de dezembro de 2006. Referida amortização foi integralmente concluída em 2018.

24.3. Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social estabelece que, aos acionistas serão assegurados dividendos mínimos de 30% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76. A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio será realizada, quando aplicável, na forma da Lei nº 9.249/95.

25 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia é tributada com base no lucro real anual. Considerando o histórico de resultados tributários negativos, bem como os incentivos fiscais na tributação sobre o resultado existente, para a atividade de produção rural, a Administração optou por não constituir tributos diferidos sobre diferenças temporárias (adições/exclusões temporárias) e sobre o prejuízo fiscal, uma vez que não conseguiria demonstrar o prazo no qual o ativo seria realizado.

26 LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO

	Controladora		Consolidado	
	31/mar/21	31/mar/20	31/mar/21	31/mar/20
Venda de mercadorias	393	268	3.909	5.049
Venda de serviços	-	-	775	-
Receita bruta	393	268	4.684	5.049
Devoluções e abatimentos	-	-	-	-
Impostos	(11)	(8)	(102)	(8)
Deduções	(11)	(8)	(102)	(8)
RECEITA LÍQUIDA	382	260	4.582	5.041
Custo das mercadorias e serviços	(591)	(507)	(3.808)	(3.121)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	(209)	(247)	774	1.920

Embora o resultado da controladora tenha apresentado um prejuízo bruto superior a 5,3% no trimestre findo em 31 de março de 2021, houve lucro bruto no consolidado, da ordem de R$ 774 mil, embora ainda inferior ao mesmo trimestre do ano anterior, explicado pelo menor volume de frutas vendidas, redução no preço médio, além do aumento verificado nos custos de mercadorias vendidas.

O nível do volume de operações está em linha com o do plano de reestruturação da Companhia, que visa adequar suas operações à sua real situação econômico/financeira, bem como repactuar obrigações com seus credores, por meio do pedido de recuperação judicial comentado na nota explicativa n°1.

27 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/mar/21	31/mar/20	31/mar/21	31/mar/20
Custos e gastos com pessoal	(566)	(521)	(566)	(521)
Serviço terceiros advocaticios	(125)	(95)	(125)	(95)
Consultorias, auditorias e assessorias	(49)	(55)	(57)	(55)
Outros	(44)	(95)	(56)	(114)
Tributos	(29)	(10)	(32)	(12)
Despesas legais	(27)	(26)	(31)	(29)
Mensalidades e Anuidades	(29)	(21)	(30)	(22)
Despesas com viagens	(12)	(74)	(12)	(74)
Serviço terceiros	(7)	(19)	(11)	(27)
Depreciação e amortização	(1)	(2)	(4)	(5)
Insumos e manutenção	(1)	-	(1)	-
	(890)	(918)	(925)	(954)

28 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/mar/21	31/mar/20	31/mar/21	31/mar/20
Outras (i)	665	(6)	546	24
Recuperação de despesas (ii)	303	10	440	10
Venda/Baixa de Imobilizado	-	(20)	77	17
Constituição de provisões com glosas	(6)	-	(3)	(3)
	962	(16)	1.060	48

(i) Em março de 2021 foi provisionado os juros e atualização monetária sobre os créditos de PIS e COFINS oriundos do processo nº 5002260-52.2016.404 que foi ganho pela Pomi Frutas com precatório emitido para recebimento do montante em 2022.

(ii) Reconhecimento da reversão de provisão de contingências cíveis no montante de R$ 438, conforme nota explicativa n° 22.2.

29 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
Resultado financeiro PESA	31/mar/21	31/mar/20	31/mar/21	31/mar/20
Receitas Financeiras - PESA				
Variações monetária e juros CTN	1.049	753	3.655	2.504
	1.049	753	3.655	2.504
Despesas Financeiras - PESA				
Variações monetárias e juros PESA	(1.782)	(1.013)	(4.309)	(2.218)
Subtotal	(733)	(260)	(654)	286

	Controladora		Consolidado	
Outros resultados financeiros	31/mar/21	31/mar/20	31/mar/21	31/mar/20
Receitas Financeiras				
Outras receitas financeiras	1	-	3	1
Subtotal	1	-	3	1
Despesas financeiras				
Juros com financiamentos	-	-	(601)	(832)
Juros passsivos	(10)	(8)	(12)	(23)
Despesas descontos duplicatas	(5)	(1)	(59)	(26)
Outras despesas financeiras	(3)	(4)	(4)	(23)
Subtotal	(18)	(13)	(676)	(904)
Total líquido	(750)	(273)	(1.327)	(617)

30 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia monitora, continuamente, seus riscos de mercado relacionados com variação cambial, oscilação nas taxas de juros, volatilidade nos preços das frutas no mercado nacional e internacional e os riscos de crédito, inerentes aos seus negócios. Esse monitoramento é acompanhado pela Administração e pelo Conselho de Administração. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a atividade preponderante da Companhia é o cultivo e a venda de maçãs, no país e no exterior, acarretando os seguintes principais fatores de risco:

Risco cambial

A Companhia registrou exportações no passado, cujos destinos foram Europa e Ásia, expondo assim suas operações ao risco da variação cambial da receita. Para mitigar esse risco a Companhia efetua empréstimos vinculados à moeda estrangeira (ACC – Adiantamento de Contrato de Câmbio e ACE – Adiantamento de Contrato de Exportação), cuja quitação, registrada no Banco Central, é feita diretamente por esses recebíveis em moeda estrangeira.

Risco de crédito

As vendas a prazo estão vinculadas à análise de crédito dos clientes, e acompanham os prazos de financiamento do segmento de maçãs, incluindo, em caso de novos clientes, a exigência de pagamento parcial antecipado, para cobertura de despesas, em caso de desistência do negócio.

Riscos de taxa de juros

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para proteção dos riscos de variações nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos, apresentados nas notas explicativas nº 15 e 16. A administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger da volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas na captação dos empréstimos refletem as condições de negociação de cada instituição financeira no momento da contratação, garantias oferecidas, risco Brasil, taxas Libor, entre outros.

Derivativos e operações de hedge

A Companhia não possui derivativos contratados e operações de hedge.

31 COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de março de 2021, a cobertura de seguros estabelecida pela administração para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida da seguinte forma:

Ramo	Cobetura por evento	Controladora	Consolidado	Vigência Final
Funcionários	Acidentes com DMHO	61.000	61.000	31/10/2022
Agrícola	Granizo	3.162.232	3.162.232	31/05/2021

Não há cobertura de seguros para os demais ativos da Companhia.

32 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 31/03/2021

Edgar Rafael Safdie - Presidente
Rogerio Pereira de Oliveira
Doris Beatriz França Wilhelm
Gelmir Antonio Bahr

33 IMPACTOS DO COVID-19

O surto do novo coronavírus (Covid-19) foi considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma pandemia em 11 de março de 2020 com impactos relevantes nas economias e países nos quais atuamos, trazendo volatilidade aos mercados nacional e internacional. A pandemia desencadeou importantes ações de governos e entidades privadas, que somados ao impacto na saúde da população e sistemas de saúde mundial, resultaram em mudanças significativas no dia-a-dia das pessoas.

O segmento de atuação da Companhia é considerado essencial e, assim, não teve suas operações interrompidas e está seguindo as determinações das legislações no Brasil.

A Companhia continua monitorando os efeitos em decorrência da pandemia do COVID-19 e está seguindo todos os protocolos de segurança exigidos pelos órgãos de saúde competentes.

A Companhia até o momento não sofreu nenhum impacto material financeiro.

34 EVENTOS SUBSEQUENTES

Até o encerramento das demonstrações financeiras, não ocorreram eventos subsequentes que refletiram ajustes ou que devam ser mencionados em notas explicativas.

35 DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 07 de maio de 2021.

* * *